



Organizadora: Fundação Vunesp / Prova: versão 4

CONHECIMENTOS EM DIREITO

Direito penal

1 - O crime de “petrechos de falsificação” (CP, art. 294), por expressa disposição do art. 295 do CP, tem a pena aumentada de sexta parte se o agente
(A) confecciona documento falso hábil a enganar o homem médio.
(B) é funcionário público, e comete o crime, prevalecendo-se do cargo.
(C) é funcionário público.
(D) tem intuito de lucro.
(E) causa, com sua ação, prejuízo ao erário público.

Comentário: O aumento da pena está expressamente previsto no artigo 295 (“Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte”). A conduta é mais reprovável em razão do uso do cargo público para o cometimento de crimes, sendo assim, a pena deve ser maior. Alternativa B.

2 - O crime de falsificação de documento público, do art. 297 do CP,
I. configura-se apenas se a falsificação é total, ou seja, a mera alteração de documento público verdadeiro não constitui crime;
II. também se configura se o documento trata-se de testamento particular;
III. também se configura se o documento trata-se de livro mercantil.
É correto, apenas, o que se afirma em
(A) II.
(B) I e II.
(C) I.
(D) II e III.
(E) III.

Comentário: O item I está incorreto, pois a falsificação pode ser parcial, conforme o artigo 297 do CP:

Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

Alternativa D.

3 - A conduta do funcionário público que, antes de assumir a função, mas em razão dela, exige para outrem, indiretamente, vantagem indevida
(A) configura crime de corrupção ativa.
(B) não configura crime algum, pois o fato ocorre antes de assumir a função.
(C) configura crime de corrupção passiva.

(D) não configura crime algum, pois a exigência é indireta e para outrem.

(E) configura crime de concussão.

Comentário: Conforme artigo 316 do CP, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura crime de concussão. Alternativa E.

4 - A pena prevista pelo Código Penal para o crime de “resistência” (CP, art. 329), por expressa disposição legal, é

(A) maior se o ato, em razão da resistência, não se executa.

(B) de reclusão e de multa.

(C) diminuída de um a dois terços se a resistência não é praticada com violência.

(D) maior, se o funcionário público, em razão da violência, fica afastado do cargo.

(E) de reclusão, de seis meses a um ano.

Comentário: O § 1º do artigo 329 prevê que a pena será de reclusão de um a três anos se o ato, em razão de resistência, não se executar. Pena essa maior que a do caput que é de detenção de dois meses a dois anos. Alternativa A.

Direito processual penal

5 - Nos termos do art. 257 do CPP cabe, ao Ministério Público,

I. promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida no CPP;

II. buscar a condenação dos indiciados em inquérito policial;

III. fiscalizar a execução da lei.

É correto o que se afirma em

(A) II e III, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I e III, apenas.

Comentário: Nos termos do artigo 257 do CPP, cabe ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida neste Código; e fiscalizar a execução da lei. O Ministério Público não está vinculado à busca da condenação dos indiciados em inquérito policial. Alternativa E.

6 - O CPP (art. 261) admite que seja o acusado processado ou julgado sem defensor?

(A) Sim, apenas o ausente.

(B) Sim, o foragido, o ausente e o revel.

(C) Não.

(D) Sim, apenas o foragido.

(E) Sim, apenas o revel.

Comentário: Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor. Alternativa C.

7 - Determina o art. 353 do CPP: quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante será citado mediante

(A) precatória.

(B) publicação em jornal de grande circulação.

(C) edital.

(D) carta com aviso de recebimento ou telegrama.

(E) carta de ordem.

Comentário: Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória. Alternativa A.

8 - O CPP, no § 3.º do art. 406, logo após a citação, faculta ao acusado que apresente resposta escrita

- (A) oferecendo documentos e justificações, e especificando provas pretendidas, apenas.
- (B) arguindo preliminares e arrolando testemunhas, apenas.
- (C) arguindo preliminares, apenas.
- (D) arguindo preliminares, oferecendo documentos e justificações, e especificando provas pretendidas, apenas.
- (E) arguindo preliminares, alegando tudo que interesse a sua defesa, oferecendo documentos e justificações, especificando provas pretendidas e arrolando testemunhas.

Comentário: Prevê o § 3º do artigo 406: na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Alternativa E.

9 - São requisitos necessários para que se articulem os embargos infringentes e de nulidade do parágrafo único do art. 609 do CPP:

- I. decisão de segunda instância;
- II. decisão desfavorável ao réu;
- III. decisão unânime.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Comentário: Apenas o item III está incorreto, vez que a decisão não deverá ser unânime. Vejamos: “Parágrafo único - Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do Art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.” Alternativa D.

Direito processual civil

10 - Durante as férias e feriados, não se praticarão atos processuais, no entanto poderá ser feita a citação, a fim de se evitar o perecimento de direito, sendo que o prazo para a resposta do réu só começará a correr

- (A) no primeiro dia útil, seguinte à juntada do mandado.
- (B) por ser medida excepcional no prazo estabelecido no mandado.
- (C) no primeiro dia útil, seguinte ao feriado ou às férias.
- (D) a partir da data fixada no despacho que ordenar a citação.
- (E) no primeiro dia útil, após a citação.

Comentário: O artigo 173 do CPC abre exceções a respeito de atos que podem ser realizados em férias ou feriados, porém, resguarda o direito do réu de ter seu prazo iniciado apenas no primeiro dia útil seguinte (“O prazo para a resposta do réu só começará a correr no primeiro dia útil seguinte ao feriado ou às férias”). Alternativa C.

11 - Observar-se-á o procedimento sumário na seguinte condição:

- (A) de execução ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
- (B) nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.
- (C) de execução de seguro, relativo aos danos causados em acidente de veículo.
- (D) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.
- (E) nas causas cujo valor não exceda a 100 vezes o valor do salário mínimo.

Comentário: Segundo o artigo 275 do CPP, independentemente do valor da causa, as ações de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre observarão o procedimento sumário. Alternativa D.

12 - Quanto ao recurso adesivo, assinale a alternativa correta.

- (A) O recorrente não poderá, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (B) Será admissível na apelação, nos embargos infringentes e no agravo de instrumento ou retido.
- (C) Será conhecido, mesmo se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- (D) Para a Fazenda Pública, o prazo será o dobro daquele destinado à parte comum.
- (E) Caberá, quando vencidos o autor e o réu, e ficará subordinado ao recurso principal, interposto por qualquer das partes.

Comentário: O recurso adesivo está disciplinado no artigo 500 do CPC e terá cabimento se vencidos autor e réu – uma parte desejar aderir ao recurso interposto pela outra. Alternativa E.

13 - É cabível, perante o Juizado Especial Cível, ação de despejo

- (A) por infração contratual.
- (B) para fins de alienação do imóvel.
- (C) para uso próprio.
- (D) por falta de pagamento.
- (E) por perda de garantia locatícia.

Comentário: Nos termos do artigo 3º, inc. III, da Lei 9.099/95, será da competência dos Juizados Especiais a ação de despejo para uso próprio. Veja bem: apenas "para uso próprio", ou seja, não vale para ação de despejo por falta de pagamento e por outros motivos, como reforma, interdição etc. Alternativa C.

14 - No que diz respeito às citações ou intimações realizadas nos procedimentos de competência do Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta.

- (A) Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.
- (B) O comparecimento espontâneo não suprirá a falta ou nulidade da citação, em razão do rito especial do Juizado.
- (C) Tratando-se de pessoa jurídica, a citação será válida mediante entrega ao sócio com poderes para recebê-la.
- (D) A intimação, sendo realizada por oficial de justiça, depende de mandado ou carta precatória.
- (E) Poderão ser feitas por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria, por mandado ou edital.

Comentário: Determina o artigo 19, § 1º, da Lei 9.099/95: "Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes". Alternativa A.

Direito constitucional

15 - Assinale a alternativa que contempla corretamente um direito garantido expressamente pela Constituição Federal.

- (A) Livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, da proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (B) Direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida prévia autorização do poder público e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (C) Manifestação livre do pensamento, com respectiva garantia do anonimato.

(D) Inviolabilidade do domicílio, impedindo que alguém nele possa entrar sem consentimento do morador, salvo para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.

(E) Inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Comentário: Conforme prevê expressamente a CF/88, em seu artigo 5º, inciso VI, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Alternativa A.

16 - Analise as seguintes afirmativas:

I. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante indenização a ser paga em títulos da dívida pública, resgatáveis em até vinte anos, ressalvados os casos previstos na Constituição.

II. A pequena ou média propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

IV. A prática do racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

Considerando-se o disposto na Constituição Federal, está correto o que se afirma, apenas, em

(A) II e III.

(B) III.

(C) III e IV.

(D) II.

(E) I e II.

Comentário: Apenas o item III está constitucionalmente previsto no artigo 5º, inciso XXXIII. A administração dos interesses públicos não pode ser um grande arquivo secreto. Se os atos são públicos, qualquer um deve ter acesso a tais informações para delas tomar conhecimento, seja por interesse particular, seja por interesse coletivo ou geral. Alternativa B.

17 - Segundo o que estabelece a Carta Magna Brasileira, para que um tratado internacional seja considerado equivalente à emenda constitucional, é necessário que (A) seja sobre direitos humanos e que tenha sido aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

(B) tenha sido aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, independentemente da matéria que ele trate.

(C) o Supremo Tribunal Federal reconheça a sua compatibilidade com o texto constitucional por meio do julgamento de Ação Declaratória de Constitucionalidade.

(D) seja devidamente aprovado pelo Congresso Nacional, ratificado pelo Poder Executivo e incorporado à Constituição Federal, independentemente da matéria que ele trate.

(E) seja assinado pelo Chefe do Poder Executivo, ratificado por ambas as Casas do Congresso Nacional e, independentemente da sua matéria, que seja aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentário: A Emenda Constitucional 45, de 2004, acrescentou o § 3º ao artigo 5º, regulamentando os tratados e convenções internacionais: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Alternativa A.

18 - Himeneu Silva tem 17 anos de idade, casado e pai de dois filhos menores de cinco anos, e acabou de ser contratado para trabalhar na Empresa ABC Ltda. Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa que contempla corretamente um direito de Himeneu previsto na Constituição Federal.

(A) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

(B) Seguro contra acidentes de trabalho, a ser custeado em igual proporção entre Himeneu e a empresa ABC Ltda.

(C) Se for trabalhar no período noturno, deverá perceber remuneração superior à do diurno em, no mínimo, cinquenta por cento.

(D) Salário família, independentemente da renda que irá auferir como empregado.

(E) Garantia de que não poderá exercer trabalho perigoso ou insalubre.

Comentário: O artigo 5º, inciso XXXIII, estabelece a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Lembrando que essa redação foi dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Alternativa E.

19 - São privativos de brasileiros natos os seguintes cargos:

(A) de Senador e de Ministro de Estado da Defesa.

(B) da carreira diplomática e de Vereador.

(C) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas.

(D) de Deputado Federal e de Deputado Estadual.

(E) de Presidente da República e de Senador.

Comentário: O artigo 12, § 3º da CF, traz o rol de cargos que só podem ser exercidos por brasileiros natos. São eles:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - de carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas;

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Alternativa C.

20 - Tércio Romano é empregado na área administrativa de uma sociedade de economia mista e foi convidado para ser assessor de um Vereador do Município onde é domiciliado. Tércio tem dúvida se pode, legalmente, aceitar a indicação para este cargo em comissão remunerado. Nessa situação, com base no que dispõe a Constituição Federal sobre a acumulação de cargos públicos, é correto afirmar que Tércio

(A) não poderá aceitar o cargo de assessor do Vereador, sob pena de violar a Constituição, que não permite tal acumulação.

(B) não poderá acumular o cargo de assessor de Vereador com o seu emprego, por vedação Constitucional, exceto se for exercer função técnica ou na área da saúde.

(C) poderá acumular o cargo público com o seu emprego, apenas se houver compatibilidade de horários.

(D) está autorizado a acumular o cargo público com o emprego, uma vez que, em ambos, Tércio exercerá funções técnicas, que admitem a acumulação.

(E) poderá acumular o cargo público com o seu emprego, uma vez que este é vinculado a uma sociedade de economia mista, o que não impede a acumulação de cargos no serviço público.

Comentário: Segundo o inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal: "é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Muito embora na prática todos nós conheçamos vários funcionários públicos que trabalham em dois empregos (cargos) públicos (um municipal, outro estadual, ou federal), isto só se deve ao fato de que a administração pública não tem muito controle (se é que tem algum) do quadro de funcionalismo. É proibido e sempre o foi. E, nos casos permitidos, a soma do "salário" dos dois cargos públicos não poderá exceder "o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal" – que é o teto de remuneração do servidor público, estabelecido no inc. XI referido. Alternativa A.

Direito administrativo

21 - Sobre o direito de petição, assinale a alternativa correta.

(A) Se o agente público se recusar a encaminhar ou apreciar a petição, estará sujeito à pena de responsabilidade.

(B) Visa coibir ilegalidade ou abuso de poder e promover a defesa de direitos, desde que exista prévio processo administrativo ou judicial.

(C) A Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, se esta não for subscrita por advogado constituído.

(D) É direito assegurado a qualquer pessoa física ou jurídica mediante pagamento de taxa.

(E) A reclamação sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público deverá ser encaminhada, exclusivamente, ao Ministério Público.

Comentário: O § 2º do artigo 239 da Lei nº 10.261/68 é claro ao estabelecer que, em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade do agente. Alternativa A.

22 - Nos termos do que dispõe a Lei n.º 10.261/68, ao funcionário público é proibido

(A) retirar, mesmo que autorizado pela autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição.

(B) constituir-se procurador de partes perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau.

(C) ter outro trabalho remunerado, na iniciativa privada, fora do horário do serviço público.

(D) referir-se de forma depreciativa, em informações, pareceres, despachos ou pela imprensa, a respeito das autoridades constituídas.

(E) participar dos quadros sociais de qualquer tipo de sociedade comercial.

Comentário: Artigo 243, inciso IX – Essa proibição é tão séria que o Código Penal (art. 321) diz que tal conduta é criminosa. Dessa forma, ao funcionário público é vedado defender interesses de pessoas dentro da administração pública, ou mesmo servir de intermediário, para que tais pessoas tenham facilidades nas repartições públicas. Alternativa B.

23 - Hércules Remo, funcionário público estadual, cometeu falta administrativa grave punível com pena de suspensão. Considerando-se o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

(A) A pena de Hércules não poderá exceder de 90 dias.

(B) A autoridade que aplicar a pena poderá convertê-la em multa, na base de 100% por dia de vencimento ou remuneração de Hércules.

(C) Caso não ocorram situações de suspensão ou interrupção, se Hércules não for punido pela falta cometida dentro do prazo de 1 ano, sua pena estará prescrita.

(D) Se Hércules for suspenso, ele não perderá as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

(E) Se, ao invés da suspensão, Hércules for multado, ele não poderá ser obrigado a permanecer em serviço.

Comentário: Lei 10.261/68, artigo 254. A administração pública não poderá punir o funcionário com suspensão superior a 90 (noventa) dias. Se o funcionário já foi punido com várias suspensões, por exemplo, a primeira vez com 15 dias, a segunda vez com 30 dias, a terceira vez com 60 dias e a quarta vez com 90 dias, na quinta vez, se a administração pública quiser aumentar a suspensão, não poderá fazê-lo, pois a lei impede a suspensão superior a 90 dias. Alternativa A.

24 - Sobre os atos e termos processuais previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

(A) ao servidor público que se recusar a depor, sem fundamento, será pela autoridade competente aplicada a sanção de repreensão, mediante comunicação da Comissão Processante.

(B) quando for desconhecido o paradeiro de alguma testemunha, o Presidente determinará ao sindicato que forneça o seu endereço e, caso este não o faça, dispensará o testemunho.

(C) o processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo improrrogável de 8 dias, contados de sua instauração e concluído no de 180 dias, a contar da citação do indiciado.

(D) quando ao funcionário se imputar crime, praticado na esfera administrativa, a autoridade que determinou a instauração do processo administrativo imporá, simultaneamente, a sanção penal correspondente.

(E) a citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado.

Comentário: Por determinação da lei nº 10.261/68, em seu artigo 278, § 2º, a citação deverá ser feita com pelo menos dois dias de antecedência ao interrogatório. Alternativa E.

25 - Prometeu Costa, funcionário público de uma Secretaria Estadual, foi punido pelo Secretário de Estado, no competente processo administrativo, com a pena de demissão a bem do serviço público por ineficiência do serviço. Considerando-se o disposto na Lei n.º 10.261/68, é correto afirmar, com relação a Prometeu, que

(A) a pena imposta foi correta em razão da situação, mas a autoridade competente para aplicá-la não era o Secretário Estadual, mas sim o Governador do Estado.

(B) a pena aplicada a ele não é aquela prevista para o caso de ineficiência do serviço, e a autoridade competente para impor a pena de demissão a bem do serviço público não é o Secretário.

(C) a punição foi aplicada pela autoridade competente nesse caso, mas a pena imposta não corresponde àquela prevista na Lei para a conduta praticada por Prometeu.

(D) ele não poderia ser punido diretamente pelo Secretário do Estado em processo administrativo, sendo necessário processo judicial para aplicar a pena de demissão a bem do serviço público.

(E) sua demissão a bem do serviço público foi corretamente aplicada em decorrência da sua conduta, e a autoridade competente para impô-la é o Secretário Estadual; autoridade máxima do órgão em que Prometeu exercia suas funções.

Comentário: A ineficiência no serviço não se configurará por um ou outro serviço mal feito, uma ou outra "besteira", episodicamente. Ineficiente será o funcionário que "não dá uma dentro", isto é, não consegue realizar a maioria de seus serviços de forma satisfatória, que atenda às necessidades da administração pública. Ver o § 2º, logo adiante: ao funcionário ineficiente há que se dar uma "chance", ou seja, ver se não se trata apenas de um caso de "não adaptação" ao serviço. Quem sabe ele poderá render muito, muito mais, em outra atividade (função). Alternativa C.

26 - Segundo o que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, a respeito da revisão dos processos administrativos, é correto afirmar que (A) não constitui fundamento para revisão a alegação de que a decisão foi contrária a texto expresso de lei.

(B) a revisão será processada pelo Secretário de Estado, ou a juízo do Governador, por comissão composta de 3 (três) funcionários de condição hierárquica nunca inferior à do punido, cabendo a presidência a bacharel em direito.

(C) julgada procedente a revisão, a Administração Pública determinará a redução, majoração ou o cancelamento da pena.

(D) a revisão, que deverá ser interposta no prazo de 30 dias após o julgamento de todos os recursos cabíveis, não autoriza a agravação da pena.

(E) a revisão pode ocorrer mediante recurso do punido quando, após a decisão, descobrirem-se novas provas da sua inocência.

Comentário: A revisão só tem pertinência se já esgotado o prazo para a interposição de recurso ou pedido de reconsideração. Demais disso, na revisão não se pode questionar se a condenação foi justa ou rigorosa demais: seu embasamento é o "erro" no julgamento – erro formal, pela ocorrência de alguma nulidade insuperável – ou erro substancial, que só pode ser demonstrado com fatos novos, ou seja, fatos que não foram enfrentados e considerados na decisão, e que interferem nos fundamentos da punição. Alternativa E.

Normas da Corregedoria Geral da Justiça

27 - Em determinada Comarca, o Cartório do Serviço Anexo Fiscal encontra-se com um volume muito grande de processos de execução fiscal arquivados. O Diretor do Cartório pretende inutilizar ou incinerar esses processos. Nesse sentido, considerando o que dispõem as Normas da Corregedoria Geral de Justiça, é correto afirmar que o Diretor

(A) deverá obter, primeiramente, autorização do juiz da Vara e do juiz Diretor do Fórum, para depois proceder à inutilização ou incineração de todos os processos que tenham sido arquivados há mais de um ano.

(B) deverá dar ciência às partes envolvidas em cada processo, dando-lhes oportunidade de requererem o desarquivamento do seu processo, a fim de promover a sua retirada do Cartório, impedindo a sua inutilização ou incineração, para, somente após, tomar essa medida.

(C) poderá inutilizar ou incinerar todos os processos arquivados há mais de um ano, desde que devidamente autorizado pela Corregedoria Geral e com a concordância das partes envolvidas nos respectivos feitos.

(D) poderá inutilizar ou incinerar os processos arquivados há mais de um ano, em virtude de anistia, pagamento ou qualquer outro fato extintivo, desde que atendidas as demais exigências preconizadas nas Normas da Corregedoria Geral.

(E) não poderá inutilizar os processos arquivados, devendo remetê-los ao arquivo central na Comarca da Capital, onde, depois de cinco anos, serão incinerados.

Comentário: As Normas da Corregedoria Geral da Justiça, em seu Tomo I, capítulo II, seção I, Das Atribuições, no item 3.2, prevê que a inutilização ou incineração de processos de execuções fiscais só poderá ocorrer em relação àqueles arquivados há

mais de 1 (um) ano, em virtude de anistia, pagamento ou qualquer outro fato extintivo.
Alternativa D.

28 - Assinale a alternativa que está de acordo com o texto expresso das Normas da Corregedoria Geral de Justiça em relação à Ordem Geral dos Serviços.

(A) É autorizada a utilização de chancela ou de outro recurso que propicie a reprodução mecânica da assinatura do juiz nos autos judiciais.

(B) Deverá ser utilizado o espaço número um nos atos datilografados.

(C) Não poderá haver anotações de “sem efeito” nos autos judiciais, sob pena de responsabilidade administrativa do Escrevente que a lançar.

(D) As certidões em breve relatório ou de inteiro teor serão expedidas no prazo de 5 dias, contados da data do recebimento em cartório do respectivo pedido.

(E) Serão atendidos em 72 horas os pedidos de certidões de objeto e pé formulados pelo *e-mail* institucional de um cartório judicial para outro.

Comentário: Conferir texto do item 40.1 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça. “As certidões em breve relatório ou de inteiro teor serão expedidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento em cartório do respectivo pedido”.
Alternativa D.

29 - Deverá ser feita conclusão dos autos e executados os atos processuais no prazo, respectivamente, de

(A) 24 (vinte e quatro) horas e 5 (cinco) dias.

(B) 5 (cinco) dias e 10 (dez) dias.

(C) 24 (vinte e quatro) horas e 36 (trinta e seis) horas.

(D) 48 (quarenta e oito) horas e 5 (cinco) dias.

(E) 24 (vinte e quatro) horas e 48 (quarenta e oito) horas.

Comentário: Trata de previsão expressa do item 89 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Deverá ser feita conclusão dos autos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e executados os atos processuais no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Alternativa E.

30 - Assinale a alternativa que está de acordo com o texto expresso das Normas da Corregedoria Geral de Justiça.

(A) Ao advogado que não restituir os autos no prazo legal, e só o fizer depois de intimado, não será mais permitida a vista fora do cartório e nem poderá falar ou peticionar nos autos até o encerramento do processo.

(B) Não se deverá juntar documento ou petição aos autos, sem que seja lavrado o respectivo termo de juntada, salvo petições que tenham sido despachadas diretamente pelo juiz competente.

(C) O acesso aos autos judiciais de processos em andamento ou findos, quando não estejam sujeitos a segredo de justiça, é assegurado aos advogados, estagiários de Direito e ao público em geral por meio do exame em balcão do Ofício Judicial.

(D) Na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, fica vedado o seu exame, em cartório, sendo, entretanto, permitido o seu acesso por meio de vista fora de cartório às partes e a seus procuradores.

(E) Recebida petição inicial ou intermediária acompanhada de objetos de inviável entranhamento aos autos do processo, o escrivão deverá devolvê-los, imediatamente, à parte mediante carga no livro próprio.

Comentário: O item 91 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça assim determinam: “O acesso aos autos judiciais e administrativos de processos em andamento ou findos, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a segredo de justiça, é assegurado aos advogados, estagiários de Direito e ao público em geral, por meio do exame em balcão do Ofício Judicial ou Seção Administrativa, podendo ser tomados apontamentos, solicitadas cópias reprográficas, bem como utilizado escâner portátil ou máquina fotográfica.” Alternativa C.

31 - Em todos os Ofícios de Justiça, o controle dos prazos dos processos deverá ser efetuado mediante o uso de escaninhos numerados de 01 a 31, correspondentes aos dias do mês, nos quais deverão ser acondicionados os autos de acordo com a data de vencimento do prazo que estiver fluindo. No entanto, não deverão ser acondicionados nos escaninhos de prazo os autos dos processos que aguardam

- (A) realização de perícias.
- (B) cumprimento de diligências.
- (C) cumprimento de mandados.
- (D) ato pendente de execução pelos serventuários.
- (E) devolução de cartas precatórias.

Comentário: Segundo estabelecem as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, item 90.1: “Em todos os Ofícios de Justiça o controle dos prazos dos processos deverá ser efetuado mediante o uso de escaninhos numerados de 01 a 31, correspondentes aos dias do mês, nos quais deverão ser acondicionados os autos de acordo com a data de vencimento do prazo que estiver fluindo. No cálculo dos prazos deverá ser incluído o prazo do Protocolo Integrado”. Alternativa D.